



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PÓS GRADUAÇÃO EM LATO SENSU EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA CUNHA

A Esfera Pública: conceitos e implicações em Hannah Arendt

CAMPINA GRANDE-PB

2016

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA CUNHA

A Esfera Pública: conceitos e implicações em Hannah Arendt

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a conclusão da especialização em Filosofia da Educação.

ORIENTADOR: Prof^o. Doutor Reginaldo Oliveira Silva

CAMPINA GRANDE-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C972c Cunha, Emanuel Jorge de Oliveira.
A esfera pública [manuscrito] : conceitos e implicações em
Hannah Arendt / Emanuel Jorge de Oliveira Cunha. - 2016.
52 p.

Digitado.
Monografia (Filosofia da Educação) - Universidade Estadual
da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva, Filosofia e
Ciências Sociais".

1. Totalitarismo. 2. Política. 3. Pluralidade. 4. Esfera
pública. I. Título.

21. ed. CDD 320

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA CUNHA

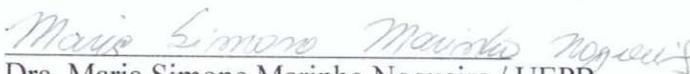
A esfera pública: conceitos e implicações em Hannah Arendt

Trabalho de Conclusão apresentado ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação (PGFILE) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Filosofia da Educação.

Aprovado em 29/09/2016.



Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva / UEPB
Orientador



Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira / UEPB
Examinadora



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB
Examinador

Dedico a Deus, essência da existência humana,
à minha mãe excelência na minha promoção
de ser em existência, à minha esposa e filha
motivação para minhas buscas incessantes e
meu pai (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, criador e bem de todas as coisas. Por ele fui criado e recebi o mundo como minha morada pública.

À minha família, minha mãe, minhas irmãs e irmãos, que me incentivaram e apoiaram desde o início desse curso.

À minha amada esposa, Suzana Gomes, que sempre esteve me apoiando, acompanhando e incentivando com palavras de ânimo e força.

À minha filha recém-nascida, que mesmo sem entender esse processo me motiva para nunca desistir dos meus objetivos.

Aos meus caríssimos professores desta Especialização em Filosofia da Educação da UEPB, exímios professores. Particularmente agradeço ao professor Reginaldo Oliveira Silva por sempre estar disponível em orientar-me com suas preciosas dicas e orientações para a construção e conclusão desta monografia, como pré-requisito desta especialização.

Aos amigos, que sempre estão comigo nos melhores momentos da minha vida, como a conclusão desta especialização, assim como também nos momentos incertos da vida.

A todos os alunos desta especialização, particularmente a Jório Mágnio, onde pude semanal compartilhar discussões e ideias e em seu carro ir para a universidade, pois do contrário, talvez não conseguisse terminar esta especialização.

Às pessoas anônimas que me deram carona, quando eu chegava à Itabaiana e não tinha mais carro para voltar para casa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que este momento acontecesse. Pois ninguém realiza um feito só. Pois a *polis* só tem sentido se compartilhamos e vivemos nossas experiências com o outro. Deus ilumine a todos!

“A presença dos outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”.

Hannah Arendt

RESUMO

Essa investigação sobre a Esfera Pública em Hannah Arendt tem como foco sua concepção e implicação na modernidade, enfatizando a reflexão sobre o Totalitarismo como um fenômeno de destruição do espaço público. Inicialmente este estudo apresenta o processo de formação do pensamento político dessa autora, influenciada por filósofos antigos e contemporâneos, sobretudo, pelo que representou o Fenômeno Totalitário manifestado em três fatores: o Antissemitismo, o Imperialismo e o Totalitarismo, analisados nas obras *Origens do totalitarismo* (1951) e *O Julgamento a Eichmann* (1963). Ainda nessa proposta temática temos em seguida, conceito do que é político na obra *O que é Política?* (1998) e em *A Condição Humana* (1958), as três categorias da atividade humana como representação do que de fato é a política, particularmente na categoria da ação. É nessa mesma categoria da atividade humana que se encontra o conceito de Esfera Pública de Arendt. Ela reconhece a Esfera Pública como o espaço político, que corresponde ao lugar da pluralidade sustentada pela ideia de que os homens são únicos e diferentes. Para Arendt, o Espaço Público é revelado pela palavra e pela ação política. O objetivo deste estudo é apresentar o pensamento político de Hannah Arendt sobre a Esfera Pública como esforço para resolver as sequelas deixadas pelo Totalitarismo na Modernidade e as possibilidades de resgatar ou implantar o Espaço Público como lugar da aparência, da visibilidade, da publicidade e da comunicabilidade, enfim, o Espaço Público como lugar político dos homens entre os homens.

Palavras-chave: Totalitarismo. Política. Pluralidade. Esfera Pública.

ABSTRACT

This research on the public sphere in Hannah Arendt focuses its design and involvement in modernity, emphasizing reflection on totalitarianism as a phenomenon of destruction of public space. Initially this study presents the process of formation of political thought of this author, influenced by ancient and contemporary philosophers, especially by representing the totalitarian phenomenon manifested in three factors: anti-Semitism, imperialism and totalitarianism, analyzed the works of totalitarianism Sources (1951) and the Trial Eichmann (1963). Also in this issue we proposed then concept of what is political work in what is Politics? (1998) and The Human Condition (1958) the three categories of human activity, as a representation of what actually is the policy, particularly in the action category. It is in this same category of human activity that is the concept of Public Sphere Arendt. It recognizes the public sphere as political space, which is the place of the plurality sustained by the idea that men are unique and different. For Arendt, the public space is revealed by word and policy action. The aim of this study is to present the political thought of Hannah Arendt on the Public Sphere in an effort to solve the consequences left by Totalitarianism in Modernity and the possibilities to rescue or deploy public space as a place of appearance, visibility, advertising and communicability finally the public space as a political place of men among men.

Keywords: Totalitarianis. Policy. Plurality. Public Sphere.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT	12
1.1 Hannah Arendt: Influências e Predecessores	12
1.2 Antissemitismo	16
1.3 Imperialismo	19
1.4 Totalitarismo	22
CAPÍTULO II	26
CONCEPÇÃO POLÍTICA DE HANNAH ARENDT	26
2.1 O Que é Política?	26
2.2 A Vita Activa	30
CAPÍTULO III	38
A ESFERA PÚBLICA: CONCEPÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DE HANNAH ARENDT	38
3.1 A Esfera Pública como espaço da Palavra e da Pluralidade	38
3.2 A Esfera Pública como solução para a Política Moderna	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

A formação do pensamento político de Hannah Arendt baseia-se em suas experiências profundas e marcantes causadas pelo Fenômeno Totalitário. Foram os eventos do Nazismo na Alemanha e do Stalinismo na União Soviética, que a impulsionaram na investigação sobre esse fenômeno e suas mazelas causadas à humanidade moderna. Para Fry (2010, p. 14), “o fato que contribuiu para seu interesse inicialmente foi o incêndio do Reichstag e as subsequentes prisões daquela noite de 1933. A essa altura, ela começou a sentir-se responsável pela situação política e já não podia pretender ser mera espectadora”. Ela não resistia ver a política antissemítica acontecer em seu país e ficar em inércia, sem esboçar nenhuma crítica.

Nas obras *Origens do Totalitarismo* (1951) e *O Julgamento a Eichmann* (1963), Arendt descreve sobre o Totalitarismo e a banalidade do mal, apontando suas ambiguidades, contradições e reviravoltas. Arendt aponta o retorno aos conceitos da tradição filosófica grega e romana para responder ao futuro da política, a fim de que ela encontre seu sentido. Portanto, foi a partir das rupturas causadas pelo Totalitarismo que ela identificou a situação política daquele momento presente e de seu futuro. Para Oliveira (2013), esse fenômeno manifestou-se através de dois regimes que tinha como premissa a retórica de ódio mortal e destruição da singularidade humana.

Para Hannah Arendt a reconstrução de um novo tempo na política, só será possível pela implantação da Esfera Pública, isto é, um lugar em que “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2007, p. 60). Para ela, o Espaço Público é o lugar da convivência humana, das relações com o outro e da participação da vida em comunidade, isto é, o espaço da aparência e da visibilidade, enfim o lugar político dos homens no mundo. É na obra, *A Condição Humana* (1958) que ela melhor desenvolve sua concepção política sobre a Esfera Pública na atividade da ação como categoria da atividade humana.

O objetivo deste trabalho científico é apresentar a teoria política de Hannah Arendt sobre a Esfera Pública, como tentativa de resgatar o conceito da *polis* grega como o espaço da *eudaimonia* dos homens e sua morada mundana. Nessa perspectiva abordaremos essa temática como pressuposto para repensar a Esfera Pública na modernidade e a contribuição de Hannah Arendt para o desenvolvimento desta concepção violada pelo Regime Totalitário e a educação

como atividade filosófica e política pelo qual o homem é levado reconstruir seu Espaço Público como lugar da liberdade e da ação do homem.

Nessa pesquisa foi utilizado o método descritivo-analítico, apontando os principais fundamentos para a construção do pensamento político sobre a Esfera Pública em Hannah Arendt, constituinte da gênese da felicidade do homem, do prazer da ação e do discurso, percorrendo em leituras científicas através de referenciais teóricos de livros acadêmicos e artigos científicos publicados em periódicos.

Sua estrutura está dividida em três capítulos sobre a teoria política de Arendt na sua concepção de Esfera Pública. O primeiro capítulo, processo de formação do pensamento político de Hannah Arendt aborda as influências e os motivos que a levaram a debruçar-se sobre a política totalitária. O segundo capítulo trata da concepção política de Hannah Arendt, onde é apresentada seu conceito sobre o que é política, citando as três categorias da atividade humana na *vita activa*. O último capítulo, a concepção e contribuição de Arendt sobre a Esfera Pública apresenta o espaço público como o lugar da palavra e da pluralidade dos homens e solução para a política moderna.

Por fim, este trabalho científico aponta para a compreensão do pensamento político de Arendt sobre a Esfera Pública demonstrando as possibilidades de repensar a política na modernidade a partir do retorno e da implantação da *polis* grega e da *res publica* romana como referência e representação da essência política na Esfera Pública, como espaço da política e da *eudaimonia* dos homens no mundo.

CAPÍTULO I

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT

1.1 Hannah Arendt: Influências e Predecessores

Embora seja pouco lida, comparado a Platão, Maquiavel, Jean Jacques Rousseau e Montesquieu, Arendt buscou explorar suas ideias na política fazendo releituras desses filósofos e construindo uma teoria política baseada na cultura grega e romana a partir de suas inquietações e experiências. Ela encontrou no animal político de Aristóteles e no animal social de Sêneca seu objeto de estudo, onde pôde desenvolver seu conceito sobre política.

O desenvolvimento da filosofia política de Hannah Arendt sofreu influência dos filósofos citados anteriormente, além de filósofos como Heidegger, Husserl e Jaspers. Infelizmente ela foi obrigada a deixar a Alemanha com a ascensão de Hitler ao poder e a implantação da política nazista, além da adesão de seu professor Heidegger ao Nazismo. Diante dessa situação desconfortável, Heidegger a encaminhou para Karl Jaspers, com quem ela conheceu sua Teoria Existencial e foi ele quem a orientou em sua tese de doutorado sobre o conceito de amor em Santo Agostinho.

Foi em Karl Jaspers que Hannah Arendt encontrou a resposta para suas inquietações políticas sobre o conceito de liberdade. Para ela, filosofia de Jaspers era mais real, coincidindo com seu interesse acadêmico e sua produção intelectual. Segundo Fry (2010, p. 12), “a filosofia de Jaspers era mais concreta do que a teoria de Heidegger e Jaspers tinha ênfase maior na comunicação e na política, em vez de focalizar exclusivamente em verdades metafísicas. Consequentemente, Arendt foi atraída pelo conceito de liberdade de Jaspers, que ligava ação à razão”. Arendt apaixonou-se pelas ideias de Jaspers e nele ela poderia desenvolver seu conceito sobre política, pois suas ideias se relacionavam com seus interesses e consequentemente com suas indagações sobre a construção de seu pensamento político naquele momento tal crucial de sua vida.

Na Alemanha do final do século XIX e início do século XX eclodia a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto a Alemanha nazista aparecia combatendo seus opositores. Hannah Arendt sabiamente buscou compreender essa situação política e familiarizou-se com a teoria de Jaspers para desenvolver sua crítica contra o Sistema Totalitário. Para Fry (2010, p. 14) “o fato que contribuiu para seu interesse inicialmente foi o incêndio do Reichstag (Em 27 de

fevereiro de 1933, incendiaram o edifício do parlamento alemão cuja autoria de Marinus van der Lubbe, justamente no ano da ascensão de Hitler ao governo alemão) e as subsequentes prisões daquela noite de 1933. A essa altura, ela começou a sentir-se responsável pela situação política e já não podia pretender ser mera espectadora”. Inquieta, ela começou a investigar sobre a política e seus interesses acadêmicos nasceram da necessidade de identificar o problema dos sistemas nazista e stalinista como sistemas políticos que implantavam o ódio e o horror através do Fenômeno Totalitário.

Infelizmente, os bombardeios na Alemanha e a perseguição aos judeus fizeram com que Arendt perdesse o contato com Jaspers por um período de sete anos. A Segunda Guerra os separou e não os possibilitou manter nenhum contato. Pois Jaspers foi proibido de ensinar e publicar qualquer escrito por ser casado com Gertrud, uma judia. A amizade deles permanecia sem nenhum contato e só depois, à distância, eles a mantinham através de correspondências. Contudo, com o fim da guerra eles voltariam à amizade sem nenhum medo de represália, o que durou até a morte de Jaspers em 1969.

Nesse mesmo contexto da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Sistema Nazista estava à caça de todos que para ele fossem uma ameaça. Com isso, todos os judeus buscavam fugir e escapar desse regime. Nesse momento ela tinha interrompido seus estudos e pesquisas, o que a levou a participar, como alternativa para produzir suas pesquisas, do movimento sionista (movimento intelectual político e filosófico que defendia os direitos dos judeus e sua afirmação na nação alemã. Esse movimento tinha um viés político cuja finalidade era defender o direito dos judeus e efetivação sua participação na existência do Estado), onde foi pega pela polícia e presa por oito dias. Fry vai dizer o seguinte:

Arendt foi pega por participar do movimento sionista, usando seu pano de fundo acadêmico como disfarce justificável para pesquisas na Biblioteca Estadual da Prússia, as quais visavam a registrar os atos antissemitas de grupos alemães privados. Devida a essas suas pesquisas Hannah Arendt foi presa, mas a polícia não conseguia ler o que estava escritos em suas anotações. Após oito dias, foi libertada, grande parte porque ela fez amizade com seu capturador e criou histórias para contar-lhe sobre suas atividades (FRY, 2010, p. 14).

Pega, Arendt ficou poucos dias na prisão. Logo foi libertada por ter feito amizade com seu capturador, além do mais, os escritos encontrados nesse período em que participou do movimento sionista, a polícia não conseguia identificar nenhum crime, inocentando-a de qualquer ato criminoso. Fry (2010) ainda vai dizer que libertada, ela foi para Tchecoslováquia e depois se estabeleceu em Paris onde foi forçada pelo Governo de Vichy (Foi um regime

político implantada na França no período da Segunda Guerra Mundial, em 01 de julho de 1940, e sua duração foi até agosto de 1944) ao confinamento em um campo de concentração em Gurs (Gurs foi um local onde havia um campo de concentração de refugiados espanhóis na França), na França, em 1940. Nesse mesmo ano aproveitando a invasão alemã à França e antes que os alemães ocupassem o campo de concentração em que ela estava presa, fugiu. Após sua fuga, ela migrou para os Estados Unidos casando com Heinrich Blucher, seu segundo marido.

Já nos Estados Unidos, em 1941, Hannah começa uma nova vida sem cidadania nenhuma. Pois ela ainda não tinha a cidadania americana nem mais a alemã. Arendt era tida como apátrida, isto é, tinha perdido sua nacionalidade e ainda não tinha conseguido outra. Isto quer dizer que Hannah Arendt não tinha nenhum direito político. Só em 1951, ela ganhou a nacionalidade americana e neste mesmo ano publica seu primeiro livro, *Origens do Totalitarismo* (1951).

Nesse seu livro ela revela as marcas perversas deixadas pelo sistema nazista e stalinista. Nele sua “teoria não procura fixar toda experiência dentro de um rígido mapa teórico, mas esforça-se por entender a multifacetada natureza da vida política ao enfatizar a importância de perspectivas novas e diferentes que vão surgindo no mundo” (FRY, 2010, p. 11). Isto significa que ela vai preocupar-se muito mais com temas ligados à vida humana bem como sua existência, temas mais próximos da filosofia prática, do que a uma filosofia rígida e intransponível.

Origens do Totalitarismo demonstra as marcas do ódio e da ideologia do sistema totalitário contra os Judeus. É nesse contexto que Arendt irá desenvolver seu pensamento, mostrando a perversidade e a maldade desse fenômeno do qual se formou uma nova história no mundo contemporâneo. Ela cita na obra os eventos dos campos de concentração nazistas e os campos de trabalhos stalinistas do século XX, demonstrando o enorme mal causado por esses sistemas a humanidade na contemporaneidade. Suas ideias nessa obra transmitem as ambiguidades e contradições do sistema totalitário causadas pelas rupturas políticas deste sistema com tradição filosófica grega.

A concepção política de Hannah Arendt é uma resposta para repensarmos a política e suas manifestações nas experiências humanas na modernidade. Sua crítica revela o modo como esse fenômeno foi implantado na modernidade frágil e limites da política de sua época. Ela é uma das autoras da modernidade que desenvolveu uma filosofia preocupada com as questões de seu tempo, produzindo um status epistemológico da tradição filosófica.

Seus conceitos fenomenológicos sobre a política defendem uma filosofia “que se deu a tarefa de compreender o sentido da experiência humana, quer dizer que deseja produzir uma descrição que não seja apenas empírica, mas que procura apreender qual é o sentido visado pelo pensamento e pelo agir humano” (BERTEM, 2010, p. 39), ou seja, o pensamento político de Hannah Arendt aponta para uma visão política baseada na experiência da vida humana, como também tem por fim produzir seus fundamentos teóricos sobre política.

Poderemos identificar em Hannah Arendt uma relação profunda entre a experiência política e o conhecimento acadêmico sobre esse tema. Ela transmite isto em seus escritos com expressões claras e na busca de aproximar seu leitor com a realidade em que ela viveu. Para ela, a filosofia deveria responder as suas inquietações e para isto acontecer é necessário desenvolver um pensamento político a partir da realidade vivida no período da Grande Guerra Mundial. Nas obras citadas abaixo conseguiremos identificar o objeto de pesquisa de Arendt e qual foi sua finalidade ao criticar o Fenômeno Totalitário como a causa da destruição da singularidade humana e do Espaço Público.

Nas obras *Origens do Totalitarismo* (1951) e *O Julgamento a Eichmann* (1963), Arendt irá descrever o que foi o Totalitarismo e a Banalidade do Mal, apontando suas rupturas e reviravoltas causadas no mundo contemporâneo, onde ela revisitou os conceitos da tradição filosófica para responder ao futuro da política. Nessas obras poderemos entender melhor o que representou a política totalitária nesse período e o que ela encontrou como discussão e análise desse fenômeno. Pois o pensamento de Hannah Arendt percorreu o calvário deixado pelo Nazismo e Stalinismo que assolaram vidas e deixou o horror como herança maldita.

Foi sua crítica aos campos de concentração nazistas e os campos de trabalho stalinistas que a fez ser reconhecida como cientista política e a relevância de seu pensamento para responder às questões políticas da modernidade. Conforme Jardim (2011) o conceito de política de Arendt nasce de rupturas causadas nos conceitos de Estado, Autoridade e Poder. Temos como exemplo, o julgamento de Eichmann em Jerusalém, onde ela pôde presenciar e levantar informações sobre o modo como o judeu Eichmann obedecia cegamente às ordens do Sistema Nazista, assim como os alemães obedeciam a seu Fuhrer, depositando total confiança em suas ordens, bem como temiam seus castigos, manifestada pela força e influência da autoridade política revelada pelo poder e o Estado como mecanismo aterrorizante.

É nesse contexto paradoxal que Arendt expõe uma teoria política baseada numa ótica em que considera o problema mais grave de seu tempo: *o Totalitarismo*. Sua literatura mergulha nos eventos do Nazismo e Stalinismo, demonstrando suas graves mazelas e

sequelas, que quis anular a preciosidade da pluralidade humana. Essa mesma pluralidade humana, conforme Arendt (2007, p. 16), “é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”. A pluralidade em Arendt é de fato, o que nos tornar singular, isto é, únicos, semelhantes e diferentes ao mesmo tempo.

Arendt vai dizer que a partir da implantação do antissemitismo, do imperialismo e do totalitarismo essa pluralidade humana foi ameaçada pela crise e rupturas políticas com a tradição grega e romana. Foram esses três fatores que mataram milhares de judeus, homossexuais e ciganos, que tinham por finalidade banir todos que representassem uma ameaça, devastando todos aqueles que para eles eram inimigos mortais e isto se deu pela utilização dos campos de concentração Nazista e dos campos de trabalhos forçados Stalinista, disseminando uma retórica de ódio mortal e a destruição da singularidade humana. A seguir, veremos como isto se deu na representação de cada um desses fenômenos.

1.2 Antissemitismo

Esse fator discutido por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1951) e *Julgamento a Eichmann* (1963) é o primeiro fenômeno pelo qual ela desenvolveu sua teoria política contra o Totalitarismo. Nessas obras, Arendt apresenta as causas e consequências desse fenômeno que teve sua origem nas rupturas com a tradição política, descrevendo sua maldade e perversidade através de sua organização política e ideológica nas práticas políticas do horror e do ódio.

Sobre o que representou o antissemitismo, Arendt vai dizer que sua atitude nasce do racismo contra os judeus, bem como de sua organização política como forma de representação de poder. Fry vai dizer que a atitude racista do antissemitismo na Europa teve um desdobramento muito maior no Nazismo do que no Stalinismo, no entanto, ambos foram causadores de males à existência humana. Ela mensura esses dois sistemas na mesma medida, onde foram os causadores da destruição da singularidade humana através do racismo antissemitico de Hitler, no entanto, acentuando o Nazismo com o pior.

Para Duarte (2009), Arendt desenvolveu suas ideias sobre o antissemitismo através dos comentários de seus professores, colegas e companheiros de brincadeiras de rua. Além disso, ela sentiu na própria carne a maldade do Nazismo como seu algoz. Arendt explica que o antissemitismo moderno teve sua origem na política de Hitler, que acusou os judeus dos

desastres políticos e econômicos de seu país, onde o mesmo incitava os alemães ao ódio contra os semíticos. Esses motivos estão ligados ao racismo, como também ao poder hegemônico dos alemães que perseguiram os judeus, como uma caça às bruxas.

Fry (2010, p. 25) vai dizer que,

O racismo do nazismo está decisivamente ligado aos judeus de modo específico, e o foco principal da filosofia política do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores assume um ódio e uma suspeita dos judeus que não poderiam ser facilmente substituídos por outro grupo oprimido (FRY, 2010, p. 25).

Para ela, o racismo antissemitico causou aos judeus um grande mal, provocado pelo partido nacional socialista alemão, que tinha por objetivo promover uma política preconceituosa e racista contra os judeus. Os trabalhadores socialistas alemães viam os judeus como uma ameaça e por isso alimentavam um ódio mortal contra eles. Foi então que os Alemães viram no antissemitismo Nazista a forma ideal de destruir os judeus. Eles iniciaram seu projeto político anulando os direitos, a cidadania dos judeus e os ignoravam tratando-os como indigentes. Tudo isso acentuou ainda mais a perseguição aos judeus até chegar à sua morte nos campos de concentração Nazistas e Stalinista.

Esse antissemitismo moderno surge como forma de destruir a vida dos judeus, bem como sua herança cultural, política e econômica que eles desenvolveram na Europa. Esta maldade era desenvolvida pelo desejo de ocultar a comunidade judaica da Europa, justificado no mito ariano defendido e difundido por Hitler. Para Arendt, era necessário lutar por direitos civis e políticos iguais respeitando a etnicidade e a religião dos judeus. Mas eles mesmos não se preocuparam muito com essa questão, pois se sentiam seguros e aparados pelo governo. Isto acentuou ainda mais a sua perseguição e eles não sabiam o que fazer, restando apenas encará-la de forma serena e ao mesmo tempo assustadora.

Ainda sobre as características sobre o antissemitismo, Arendt acreditava que o antissemitismo moderno executado pelos Alemães não era muito diferente do antigo antissemitismo. Arendt recorreu ao passado para mostrar que os judeus sempre sofreram perseguição política e religiosa. Agora se trata de uma ideologia laica, uma política antissemitica totalitária de destruição dos judeus. Eles sempre foram uma casta maltratada, perseguida e destruída pela hegemonia das nações totalitárias. Pois não muito diferente do antissemitismo antigo, o antissemitismo moderno inspirava o mesmo ódio aos judeus, seja de inspiração religiosa ou ideologia laica, como vai afirmar Oliveira (2013, p. 30):

O antissemitismo moderno, o “primeiro pilar”, não se confunde com o velho “ódio ancestral pelos judeus”, de inspiração religiosa. Trata-se, agora, de uma “ideologia laica”, ligada às condições da sociedade europeia do século XIX que redefiniram o papel dos judeus no seu interior: de banqueiros das cortes medievais, numa Europa sem estados-nações, eles passaram à condição de minorias exóticas no interior de fronteiras bem definidas.

Conforme Oliveira (2013) o antissemitismo nutriu o mesmo ódio aos judeus, mesmo tratando de uma ideologia laica que aniquilou da mesma forma ou tanto quanto a vida dos judeus classificando-os como uma minoria inferior e caricaturada. Segundo Fry (2010) para Arendt o antissemitismo moderno teve seu início no Caso Dreyfus (Este caso foi um engano do judiciário francês gerando em um escândalo político, condenando um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica, Alfred Dreyfus, acusado de vender segredos militares aos alemães. Porém, nada disso foi pautado em documentos reais, pelo contrário, tais documentos foram forjados), no final do século XIX e início do XX, como um antissemitismo laico. Porque até então havia na história um antissemitismo religioso da diáspora no Antigo Testamento e as perseguições sofridas durante o Império Romano.

O antissemitismo moderno não deixou de representar o velho ódio contra os judeus, criado através da velha inspiração religiosa. Agora se trata de uma ideologia laica ligada às condições da Europa do século XX, desencadeando a hostilidade aos judeus, provocado pelo discurso racista do arianismo. Esse antissemitismo levou milhões de judeus à morte e alguns outros a se refugiar em outros países, onde buscavam proteção e abrigo para sobreviver ao ódio alemão.

A hostilidade que os judeus sofriam estava estampada nas caricaturas produzidas a seu respeito e pela força mortal que os soldados alemães os tratavam nos campos de concentração. Seus direitos políticos e civis foram extintos. Os Alemães sabiam que “a cidadania seria a chave para assegurar o direito de engajamento político, e os judeus europeus, como pessoas sem cidadania, corriam grande risco durante a emergência do totalitarismo porque não a possuíam” (FRY, 2010, p. 26).

Em outras palavras, sem seus direitos políticos e civis, os judeus não podiam ser considerados cidadãos alemães, significando que não pertenciam à nação alemã. Eles eram considerados apátridos. Sem nacionalidade os judeus sofreriam as perseguições e a maldade do Fenômeno Totalitário, que assolavam suas vidas. Ainda nesse mesmo contexto, os judeus procuravam escapar dos estereótipos ligados a eles realizando serviço ou atividade que os próprios alemães não podiam realizar e essa era a condição para poder escapar do sofrimento Nazista, sendo tolerável sua presença devido a seus talentos.

Jardim (2011) vai dizer que a política implantada pelo Sistema Nazista gerava entre os próprios judeus conflitos e tensões. Pois assim eles tornavam mais frágeis e vulneráveis à condição do Nazismo. Tudo isto acentuava ainda mais a brutalidade contra os judeus e como eram tratados nos campos de concentração Nazistas.

Para Arendt como primeiro fator o antissemitismo provocou a morte dos judeus, difundido pela maldade e o horror. Nele poderemos identificar que o Nazismo empreendeu uma política de massa alienada à caça aos judeus, pois para os Alemães, eles eram os causadores da desestruturação política e econômica de seu país. Pois eram eles os grandes banqueiros e investidores e, conseqüentemente, tinham todo o controle financeiro do país. Contudo, esse não foi o principal motivo para a morte de milhões de judeus. O que o Fuhrer gostaria era uma Alemanha unificada, onde utilizou o mito ariano para justificar seu projeto político.

Hitler pregava a crença na raça pura e espalhava essa campanha antissemitica como justificativa para sua implantação. Havia para ele uma distinção de raça e classes, conseqüentemente sentia-se superior a qualquer outra etnia. Contra esse discurso perverso do Nazismo, Arendt vai levantar questões sobre a banalidade do mal, que teve como consequência a morte de milhões de judeus. Mas Arendt não só apontou o antissemitismo como um fenômeno contra os judeus. O imperialismo também tem sua forma de dominação e poder representado no autoritarismo de Hitler contra os judeus.

1.3 Imperialismo

Na *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt mais uma vez demonstra a maldade do Sistema Nazista contra os judeus através do imperialismo. Ele é a manifestação representativa do poder em sua forma expansiva territorial e/ou do poderio de uma nação, isto é, o modo pelo qual um determinado governo executa seus projetos políticos e econômicos sobre seus cidadãos ou colônias, disseminando suas ideologias.

Para Fry (2010), Arendt estudou o imperialismo em duas formas: o imperialismo colonial na África e na Índia, e depois o imperialismo continental do pangermanismo e do pan-eslavismo. A primeira forma, poderemos conhecê-la através da história das expansões territorial-marítimas, onde buscavam outros territórios e suas riquezas como fonte de riqueza e renda para seu Estado. Enquanto a segunda forma, o imperialismo corresponde ao modo hegemônico das grandes potências econômicas sobre outras nações, povos ou etnias.

Ainda sobre o imperialismo colonial poderemos conhecê-lo melhor pela expansão marítima dos colonos do século XV e XVI. Nesse período havia uma expansão das caravelas chegando a terras estranhas, onde os colonos navegavam em alto mar em busca de riquezas e iguarias. No imperialismo colonial há também o processo de aculturação como uma forma imperialista de introduzir a forma política e ideológica de uma nação através de suas crenças, costumes e valores.

Fry (2010) ainda vai afirmar que na modernidade surgiu o imperialismo continental do pangermanismo e pan-eslavismo na busca da expansão e do poder do continente europeu sobre outros continentes. Ele tinha por premissa a hegemonia e a superioridade da nação, adquirindo riquezas e aumentando seu poder. Havia no imperialismo continental o domínio e a soberania de uma nação sobre outra como expressão da grandeza e da ordem política, utilizando a tirania como forma para governar a nação. O sistema Nazista e Stalinista o utilizou em sua forma de governo, representado no horror como a melhor maneira de executar seu projeto político.

O imperialismo continental do pangermanismo e pan-eslavismo foi utilizado pela Alemanha Nazista e pela União Soviética Stalinista, exemplificados pelos campos de concentração e os campos de trabalhos forçados da União Soviética. Podemos identificar que esse mesmo imperialismo emergiu da crise política e econômica dos Estados Europeus na busca de consolidar seu poder e promover uma política contra os judeus. Fry vai dizer que por volta dos anos 1920 e 1930, o antissemitismo e o imperialismo de movimentos pan-nacionais promoveram internacionalmente uma campanha a favor da erradicação do povo judeu e da ascensão política ao poder.

Ainda sobre as características do imperialismo, ele também podia ser identificado em sua forma econômica. Para Fry (2010, p. 33), essa forma deu-se pelo “processo de expansão da economia que precisou ser acompanhado por mecanismos políticos de dominação, que envolveram todo tipo de violência”. Isso significa que esse fator era utilizado para a expansão econômica de uma Nação e seus governantes, em sua maioria, usavam a violência para conseguir seus objetivos. Para ela, o imperialismo também destruiu toda uma conquista do pensamento humanista iluminista, que contribuiu para a visão de homem na modernidade. Há também no imperialismo continental do pangermanismo e pan-eslavismo a crença contra etnia judaica, onde era classificada como uma raça ralé, ou seja, uma raça inferior aos arianos, que defendiam ser superior e pertencer a uma raça branca.

Segundo Oliveira (2013, p. 33-34):

Contingentes importantes dessa camada social, aos quais se juntavam aristocratas na miséria, forneceram o tipo de humano que viu na aventura colonial uma oportunidade de ser alguém à base de único atributo que os distinguiu dos povos que dominavam: pertencerem à raça branca, “superior”. Arendt mostra como o imperialismo levou para vastas extensões do planeta a quebra das tradições do humanismo iluminista e o ataque mais arrasador aos direitos do homem de que os povos da Europa poderiam ser acusados, antecipando o espírito totalitário.

As palavras de Oliveira expressam como o imperialismo continental do pangermanismo e pan-eslavismo se expandiu, destruindo as tradições do pensamento humanista iluminista defendido na Europa como forma de pensar melhor a sociedade e sua formação. Esse fator mostra sua grande extensão, atacando a todos que atravessavam em sua frente e anulando todos os direitos dos homens. O imperialismo é visto por Arendt como um fator que encontra sua forma infeliz no Totalitarismo como manifestação da autoridade cruel e mortal. Para ela, isto aconteceu devido às rupturas existentes nas instituições políticas e nas tradições sociais de nosso tempo. Assim como o Antissemitismo, o Imperialismo destrói a vida humana e é extensão do Totalitarismo, que utilizou a destruição em massa como forma de implantar sua ideologia.

A crítica de Hannah Arendt consiste em demonstrar os males desse fator que encontra no Totalitarismo sua consumação. O que ela realiza é uma atividade intelectual que tem inicialmente um contato com os acontecimentos, posteriormente, com uma produção intelectual contra o Totalitarismo. Nessa sua experiência, “ela chamou vários de seus escritos de exercícios de pensamento político, que emergiam de situações específicas e a elas permaneciam ligados” (JARDIM, 2011, p. 22). Nesse sentido, ele diz que as ideias de Arendt não fogem de suas experiências vividas na Alemanha Nazista e da concepção do que foi o imperialismo como fenômeno de extensão do Totalitarismo.

Para Fry (2010) há alguns elementos que levaram os Judeus a sofrerem pela marca do imperialismo. Inicialmente não foram compreendidos como quem contribuía para o crescimento da Europa. Para os Alemães eles eram uma ameaça e um mal para a formação da sociedade alemã e de sua ordem econômica. Eles também não se preocuparam em lutar por seus direitos políticos. Isto fez com que o Estado não vigiasse a garantia de seus direitos civis, resultando nos castigos do imperialismo, causador de marcas profundas aos judeus e por fim, a própria autoconfiança no Estado e em seus representantes políticos.

Arendt termina sua crítica ao sistema Nazista e Stalinista apontando o Fenômeno Totalitário como a manifestação da destruição total da humanidade, como uma massa alienada

conduzida à morte. Esse fator encontrará sua forma nos campos de concentração nazista da Alemanha, principalmente os campos de Auschwitz e nos campos Gulags (Foi um sistema de campos de trabalhos forçados para pessoas que cometiam crimes, presos políticos ou ainda para qualquer cidadão que foi contra ao regime da União Soviética. Nesses campos eles passam frio, fome, trabalhos forçados em que muitas vezes chegavam até a morte) da União Soviética. O Totalitarismo é o último fator que revela a maldade do sistema Nazista e Stalinista, em que os homens eram violentados, levados à morte e conduzidos por outros que acreditavam no mito do arianismo como verdade irrefutável.

1.4 Totalitarismo

Esse fator foi a maior expressão da autoridade das tradições falidas e de um Estado decadente. Pois “a brutalidade dos crimes praticados nos campos de concentração nazistas e nos Gulags da União Soviética desafiava os padrões morais e jurídicos conhecidos até então” (JARDIM, 2011, p. 23). O que Jardim quer dizer é que a brutalidade com que esse sistema utilizou para com as classes, que eles chamavam de inferiores feriu todos os princípios normativos morais e jurídicos da modernidade. Ele ainda vai dizer que o êxito dos movimentos totalitários emergiu das falências das instituições políticas, que teve no mal sua maior expressão.

Para Hannah Arendt, os movimentos totalitários tiveram sucesso porque, como verdadeiros oportunistas, souberam tirar proveito do vazio deixado pela falência da autoridade política. A tece central de *Origens do totalitarismo*, que comparece também em outros textos, afirma que no momento em que, ao longo da história moderna, as estruturas políticas tradicionais foram destruídas, elementos subterrâneos da história europeia, como antissemitismo e o racismo, puderam vir à tona e se cristalizar na experiência totalitária (JARDIM, 2011, p. 26).

Isto significa que o Totalitarismo encontrou na crise da autoridade política e nas fragilidades dos homens sua força para introduzir sua ideologia. Nesse período, as tradições políticas foram destruídas e corrompidas pelo Fenômeno Totalitário personificado no antissemitismo e revestido como já foi dito no mito da raça pura e superior. O Totalitarismo se deu através das rupturas que as autoridades políticas sofreram, rompendo com o conceito de política ocidental da tradição política. Foi nisto que o Totalitarismo ganhou forma e força com a expansão de seus ideais, implantado na política racista antissemita e imperialista contra o capitalismo em detrimento do socialismo Soviético.

O Totalitarismo tem sua maior expressão na ruptura das tradições políticas gregas, isto é, na crise da formação da autoridade política e do Estado como mecanismo para o pensamento e a ação política na *polis*. O entendimento de Arendt sobre o Totalitarismo encontra-se “na conjunção de duas experiências modernas de forma alguma exclusivas desses dois países: o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo” (OLIVEIRA, 2013, p. 36). Pois ele quer dizer que o Totalitarismo encontrou na superficialidade das coisas, que acompanhavam as massas e na falência das instituições políticas e das tradições sociais sua melhor forma para ser implantado na modernidade.

Pois foi nas experiências políticas desastrosas que o Totalitarismo foi se firmando onde buscou encontrar sua identidade política na Europa, recorrendo à formação política totalitária do século XX e na implantação de seus dogmas. Para Arendt (2007), “no caso do Nazismo esta ideologia diz respeito um dogma racista que promove a proeminência da raça ariana, ao passo que, para o Stalinismo, a ideologia preocupa-se com a necessidade de erradicar o capitalismo e a burguesia” (ARENDDT, apud FRY, 2010, p. 31).

Em outras palavras, Fry vai dizer que o Nazismo buscava efetivar o dogma do arianismo, enquanto o Stalinismo procurava eliminar o capitalismo e a burguesia da União Soviética como representação ideal para a Europa do século XX, que sofria com as rupturas políticas da tradição filosófica grega e romana.

O Totalitarismo estava alicerçado na implantação de sua ideologia ariana e na eliminação da visão capitalista, onde os cidadãos obedeciam fielmente ao que estava estabelecido por seus representantes ou ainda eram forçados a obedecer. Pois o terror foi à tática ideal para exigir lealdade de seus súditos, enfrentando a tudo e todos, sejam amigos ou inimigos. Fry vai esclarecer isto melhor quando diz:

Tais alvos ideológicos são mais importantes do que qualquer outra coisa, e o regime arriscará até mesmo seu legado a fim de promovê-los. [...] O terror é usado como tática para reforçar a lealdade porque as pessoas estão dispostas a transformar amigos em inimigos a fim de salvar a si mesmas. Isto isola os indivíduos, uma vez que ninguém sabe quem é confiável e a livre discussão de ideias é sufocada (FRY, 2010, p. 31-34).

Há uma confusão completa na mente de todos aqueles que viveram a experiência totalitária. A qualquer preço, esse fenômeno inseria nas mentes das pessoas suas crenças e exigia lealdade, transformando amigos em inimigos, desconfiando totalmente de qualquer pessoa para salvar suas próprias vidas. Outra questão que colaborou e acentuou a perseguição

aos judeus encontrou-se na visão do regime totalitário em relação à sociedade de massas e a sociedade de classe. A sociedade de massa para esse regime consistia na homogeneização dos homens caminhando para o mesmo rumo. Assim para Hitler a massificação é a melhor forma de controlar, ordenar e aniquilar o gênero humano, assim o Totalitarismo encontrou sua melhor maneira de manifestar seus ideais. Pois desta forma, o Totalitarismo alcançava seus objetivos e executava suas práticas totalitárias.

Para Jardim (2011, p. 34-35):

A condição para que o nazismo e o stalinismo se firmassem foi à existência das massas, ou seja, de uma população completamente homogênea formada por homens solitários. Para alcançar a homogeneização completa da população, os regimes totalitários recorreram à liquidação de todas formas tradicionais de associação humana, como as classes, os grupos de interesses e até mesmo, as sociedades de xadrez, como fizeram os líderes soviéticos.

O Nazismo e o Stalinismo implantaram sua ideologia totalitária através da existência das massas, que se encontravam solitárias e formadas por homens solitários no meio da massa. O homem no meio da massa é um homem só, não conseguindo se relacionar com o outro. Os laços políticos são cortados e com isso a proibição do homem na vida pública ganha espaço, dando lugar aos tiranos, destruindo a existência humana em massa e o espaço público. O Totalitarismo destrói tudo, inclusive a esfera privada, que se dá na família e nos negócios. A seguir, diz Fry (2010, p. 36):

A solidão do homem de massa é diferente do isolamento experimentado nos regimes tirânicos e ditatoriais. Nesse caso, os laços políticos entre os homens são cortados e fica proibida toda participação na vida pública. Nesses regimes, porém, ainda resta a possibilidade de se buscar refúgios na vida privada, como na família e nos negócios particulares, ou mesmo na produção de obra de arte que, muitas vezes, exige isolamento político, os homens dispõem ainda de seu próprio mundo, o que não ocorre na solidão totalitária.

Em outras palavras, o que Fry quer dizer é que a solidão do homem para os sistemas tirânicos e ditatoriais é diferente da solidão totalitária. Na solidão Totalitária tudo é destruído. Enquanto nos sistemas tirânicos e ditatoriais, ainda é possível ser garantido à vida privada na forma da família e dos negócios, diferenciando do Sistema Totalitário em que os homens são destruídos por completo. Com a implantação do sistema totalitário o espaço público e o privado passam a ser destruídos, impedindo a participação dos homens nos acontecimentos da vida pública.

Mas é com base nessa sua experiência do horror, que Hannah Arendt irá construir sua concepção política sobre a Esfera Pública. No entanto, ela questiona sobre o que é política e

se há sentido, diagnosticando seus preconceitos e juízos. Sua indagação a respeito do sentido da política nasceu da descrença para com a política causada pelo Totalitarismo. Pois para ela, o Totalitarismo destrói a singularidade humana manifestada na atividade da ação como atividade política, além da Esfera Pública como lugar da política.

Enfim, para Arendt o Totalitarismo destruiu o espaço público ao romper com as tradições e conjunturas políticas gregas, mas ela encontrou na *Polis* grega sua importância e na liberdade seu sentido. É a partir de sua análise em relação a esse fenômeno, que ela vai encontrar uma resposta para repensar a política, apontando para novas perspectivas e a reconstrução do cenário político na modernidade. Arendt encontrará uma resposta para reconstruir o sentido da política revelada na *vita activa* que se desenvolve por meio de três categorias da atividade humana e em uma delas encontraremos sua concepção sobre a Esfera Pública.

CAPÍTULO II

A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE HANNAH ARENDT

2.1 O que é Política?

É a partir das rupturas causadas pelo Totalitarismo e das constatações políticas identificadas por Hannah Arendt que ela desenvolveu seu conceito sobre política a fim de identificar o sentido da política e reconstruir a política na contemporaneidade destruída pelo Fenômeno Totalitário. Arendt quer nos fazer mergulhar na profundidade da experiência humana através das causas essenciais e acidentais que a levaram a se apaixonar pela política e defender suas ideias com tanta expressividade, apontando para a política a melhor maneira para reconstruir a sociedade pós-guerra.

O pensamento político de Arendt tem como centro a vida humana, que segundo ela, a condição básica da vida humana é a pluralidade dos homens. Nessa condição está seu pensamento político, bem como sua concepção sobre a esfera pública. Ela vai dizer que “a política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e o produto da natureza humana” (ARENDR, 1998, p. 21). Para ela, a condição básica para a política é a pluralidade do homem, isto é, as diferenças entre os homens e ao mesmo tempo, as semelhanças; pois Deus criou o homem, isto é, a natureza humana como produto mundano e habitante do mundo, seu espaço natural.

Inicialmente Arendt não acreditou que o homem é um animal político como afirmou Aristóteles, em seu conceito sobre o *Zoon politikon*. No início da formação de seus estudos sobre política, ela criticou a ideia de que a política pertencesse à natureza do homem. Para ela, o homem é um ser a-político e a política não pertence à natureza humana nem à sua realidade natural. A política está distante dos homens e não corresponde à realidade natural dos homens. Isto significa que para Hannah Arendt não há relação entre os homens e a política. Portanto, ela só irá defender a política como categoria inerente ao homem após os acontecimentos Nazistas e Stalinistas, que causaram transformações na vida da Europa e dos homens na modernidade.

É no início da obra *O que é Política?* (1998) que Arendt irá deixar claro para seus leitores e críticos, que a política não pertence à natureza do homem. Essa questão aparece como um problema para repensar a política depois do pós-guerra, contudo, ela ainda assim vai dizer que está na política à construção do mundo como a criação divina. Ela ainda vai dizer que isso ocorre pela capacidade genética dos homens em se organizar na sociedade.

Arendt demonstra nessa sua afirmação resquícios do Fenômeno Totalitário impregnado em sua vida, não confiando na política e em suas manifestações. Pois o que ela pôde presenciar foram o horror e o ódio mortal implantado pelo Nazismo e Stalinismo. Assim ela não poderia encarar a política como instrumento para a organização política e social da sociedade moderna. Mas em contrapartida ela vai que,

Em nosso tempo, ao se pretender falar sobre política, é preciso começar por avaliar os preconceitos que todos temos contra a política – visto não sermos políticos profissionais. Tais preconceitos, comuns a todos nós, representam algo de político no sentido mais amplo da palavra: não brotam da soberba das pessoas cultas e não são culpados do cinismo delas, que viveram demais e compreenderam de menos. [...] No entanto, esses preconceitos não são juízos definitivos. Indicam que chegamos em uma situação na qual não sabemos – pelo menos ainda – nos mover politicamente (ARENDR, 1998, p. 25).

Em outras palavras, o que Arendt está nos querendo alertar é que ao falar de política é necessário primeiramente partir dos preconceitos formados na modernidade, causados pelos eventos das Guerras Mundiais e do que de fato é a política. Nessa sua ideia sobre a importância dos preconceitos políticos identificaremos sua concepção acerca da política, que não aparecem das opiniões de intelectuais, nem de juízos definitivos, mas surgem naturalmente do mover-se politicamente. Pois para ela, as mudanças na política indicam que seu conceito é próprio da realidade natural do homem, apesar de suas dúvidas, contradições e rupturas na modernidade.

Para Arendt os preconceitos formados sobre a política têm sua origem “desde a invenção da bomba atômica, o medo de a humanidade poder varrer-se da face da Terra por meio da política e dos meios de violência colocados à esperança de a Humanidade ter juízo e, em vez de eliminar-se a si mesma, eliminar a política” (ARENDR, 1998, p. 26).

Nesta citação está explícito um dos motivos pelos quais são formados os preconceitos contra a política. Para Arendt desde a experiência Nazista com a bomba atômica, os homens viviam com medo de suas ações, reveladas como destruidoras da humanidade da face da terra, utilizando a violência para eliminar os homens e a própria política. Foi isto que causou os preconceitos de Arendt contra a política.

Para Arendt outros preconceitos formados contra a política nasceram da velha concepção, que representava a política para os homens e de que o Estado é sua sede. Como ela diz, “a concepção de a política ser, em seu âmago interior, uma teia feita de velhacaria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinhas ainda, ao passo que a política exterior oscila entre a propaganda vazia e a pura violência” (ARENDR, 1998, p. 26).

Assim sua ideia consiste na crítica à política de interesses mesquinhos e contraditórios da política totalitária. Para ela, a política ideológica totalitária baseava-se na mesquinhez dos homens, que só pensavam em seus interesses, enquanto a maioria dos homens na Europa sofria com a violência implantada por um sistema cruel e mortal, além de uma política externa que se encontrava entre o vazio da propaganda e a violência cruel e mortal. Além do mais, o Estado não garantia os direitos políticos e civis dos homens, pelo contrário, os violavam mortalmente.

Arendt vai defender que os preconceitos e juízos são necessários para a formulação de um novo conceito sobre a política, ou melhor, para o sentido da política. Seus julgamentos contra a política ajudam a repensá-la e encontrar seu sentido real. Pois seus preconceitos e julgamentos sobre a política nos ajudam a compreender qual é o sentido da política e construir uma nova sociedade a partir da compreensão dos preconceitos e dos juízos sobre o sentido da política.

Para Jardim (2011, p. 68):

Foram tantos e tão graves os desastres provocados pela política ao longo do século XX que a pergunta sobre o seu sentido soava, naquele momento, impertinente e, até mesmo, agressiva. Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram de acirramento da Guerra Fria. Sentia-se, constantemente, a ameaça de uma catástrofe nuclear e eram ainda muito vivos os traumas causados pelo nazismo. Além disso, no final dos anos 1940, foram revelados os crimes cometidos nos campos soviéticos. (JADIM, 2011, p. 68).

O que Jardim quer dizer é que com os desastres causados pela política totalitária do Nazismo e do Stalinismo, a política não passava mais confiança sobre seu verdadeiro sentido. Por isso, a pergunta sobre o seu sentido é o que restava sobre sua finalidade. Pois a ameaça da catástrofe nuclear ainda estava muito presente, além das sequelas dos campos de concentração. Nota-se nesse contexto que o sentido da política estava em desastre, ou melhor, destruído.

Essa sua análise tem como princípio reconhecer na política a essência do bem comum, que infelizmente apareceu na modernidade como uma ideologia da morte da vida humana. Ainda para Arendt, o Totalitarismo aparece como quem destrói o verdadeiro sentido da política. Sua crítica ao Totalitarismo “residia no fato de terem promovido a eliminação de toda atividade política e de toda espontaneidade, e nunca sua expansão, e de, além disso, terem cancelado todas as salvaguardas das esferas privadas da vida” (JARDIM, 2011, p. 69).

Para Jardim (2011), o Totalitarismo foi capaz de destruir o exercício da liberdade, da vida privada e pública. O Totalitarismo destruiu o verdadeiro sentido da política. Por essa

razão no início de obra o que é política, Arendt apresenta os preconceitos contra a política. Ela ainda completa dizendo que a política não atingiu seu fim, pois o Totalitarismo a tornou instrumental, isto é, uma atitude elementar que não protegia a vida dos cidadãos nem garantia seus direitos e logo se tornava uma ameaça para os homens.

Arendt acreditou que o sentido da política está na liberdade. Pois seu questionamento sobre a compatibilidade entre política e liberdade ocorreu pelo fato de que a política totalitária violentou a liberdade dos homens e não realizou seu fim, a promoção do bem aos homens na terra. Ela diz que “em todas as questões práticas, e em especial nas políticas, temos a liberdade humana como uma verdade evidente por si mesma, e é sobre essa suposição axiomática que as leis são estabelecidas nas comunidades humanas, que decisões são tomadas e que juízos são feitos” (ARENDR, 2013, p. 189).

Para Arendt (2013) o homem encontra o sentido da política na liberdade. Pois através dela podemos ser vistos e ouvidos, participar da vida da *polis*, fazer juízos de valor das coisas, em fim, participar da atividade da vida política. Esse seu debate consiste na ideia de que pela liberdade não somos impedidos de agir. Ela não acreditava numa política que feria a liberdade dos homens. Porque para ela, o motivo da política encontrava-se na liberdade. Política e liberdade pertenciam ao seu mesmo projeto.

Conforme Jardim (2011, p.78): “ela não se identificava com a posição liberal que dissociava a liberdade da política. A seu ver, a razão de ser da política é a liberdade. Ela aprendera que a liberdade é um exercício dos homens em interação, que ocorre quando eles se encontram em posição de igualdade, realizado geralmente em forma discursiva, tendo por pressuposto a demarcação de um ambiente – para os gregos, a *polis*”. O que Jardim quer dizer é que a liberdade é um exercício de relação de comunicação entre as pessoas, que acontece pelo discurso e pela ação e é na *polis* e na *res publica* que ela é identificada e definida.

Para justificar seu conceito Arendt cita três categorias de atividades da *vita activa*: o labor, o trabalho e a ação como atividade para o exercício da liberdade e para a vida política. Pois sua essência se encontra na ação, que corresponde à matéria política e melhor representa a atividade política na *vita activa*. Esse seu conceito foi desenvolvido na obra *A Condição humana* (2007) e que Arendt mantém sobre o conceito de liberdade na obra *Entre o passado e o futuro* (2013).

Segundo Arendt (2013, p. 198):

Para que seja livre, a ação deve ser livre, por um lado, de motivos e, por outro, do fim intencionado como um efeito previsível. Isso não quer dizer que motivos e objetivos não sejam fatores importantes em todo ato particular, mas sim que eles são seus fatores determinantes e a ação é livre na medida em que é capaz de transcendê-los.

Isto significa que para Arendt, a liberdade corresponde a ação esperada e objetivo intencionado, ou seja, na vontade de agir e não na livre escolhas como no conceito de livre arbítrio de Santo Agostinho. Ela ainda vai dizer que os motivos e a finalidade intencional são fatores essenciais para a ação classificada como a atividade essencialmente política. No tópico a seguir, veremos a concepção política de Hannah Arendt sobre a ótica das três categorias das atividades humanas como condição para existência e sobrevivência dos homens.

Para Oliveira (2013, p. 55–57):

Se afirma a ontologia bastante particular de Arendt sobre o fenômeno humano, a qual se assenta na sua visão sobre a pluralidade e singularidade dos homens, ou seja, sobre o fato de que, apesar de sermos todos humanos. [...] É em *A Condição Humana* que as reflexões de Arendt sobre a singularidade dos homens e a liberdade que lhes é própria recebem um tratamento mais sistemático através do exame das três atividades humanas inerentes ao que ela chama de *vita activa*.

Oliveira quer dizer que a liberdade pertence ao conceito de ação, que se sustenta na ideia sobre a pluralidade e singularidade dos homens, isto é, sobre a concepção que somos todos diferentes e iguais por sermos humanos e é na obra *A Condição Humana* que Arendt irá refletir sobre essa problemática na ótica da *vita activa* em contraste com a *vita contemplativa*. Pois para ela, a liberdade e a política caminham juntas, formando a concepção do verdadeiro sentido da política. Para melhor compreender a concepção de Arendt sobre política, veremos a seguir as três categorias da atividade humana.

2.2 A Vita Activa

Ainda na dimensão fenomenológica da política, Arendt defende a reconstrução da política analisando as três categorias da atividade humana: *o labor, o trabalho e a ação*. Para ela, essas categorias são fundamentais para a vida dos homens em sociedade e necessárias para melhor compreender sua concepção sobre política. No entanto, a ação corresponde à atividade da vida pública dos homens. Mas é em sua obra póstuma *O que é Política?* (1998) que identificaremos o processo de formação do conceito de política em Hannah Arendt. Agora, *A*

Condição humana (2007) tratará dos condicionamentos da natureza humana, desenvolvidos pelas categorias da atividade humana como fundamentais para a existência e sobrevivência da humanidade. São essas atividades que irão apontar o objeto político de Arendt e qual é o seu fim.

Fry (2010, p. 64) vai dizer algo que é muito pertinente em relação às discursões de Arendt. Ela recorda-nos que,

Apesar de suas críticas à teoria platônica, Arendt recorre à antiga Grécia em busca de inspiração para sua própria teoria política. Contudo, mais do que procurar a tradição filosófica para ideias acerca de como a esfera política deveria ser teorizada, Arendt retorna a categorias pré-filosóficas com vistas a recuperar a importância da política e da vida ativa na democrática Atenas.

As palavras de Fry revelam a fonte na qual Arendt desenvolveu seu conceito político, particularmente sobre as atividades da *vita activa*. Para ela, Arendt recorreu à tradição filosófica grega como forma de restabelecer na filosofia grega à essência política para a modernidade. Para Arendt, a importância da política e da vida ativa ocorre na *polis*. Pois a concepção de política e de liberdade de Arendt melhor se expressa na *vita activa*, como resposta ao seu significado e valor para os homens. Como diz a própria Arendt (2007, p. 15): “Trata-se de atividades fundamentais porque cada uma delas corresponde a uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra”, isto é, são atividades que corresponde à existência e sobrevivência dos homens na terra.

A *vita activa* está dividida em três atividades em que Hannah Arendt demonstra sua ocorrência na esfera privada e pública, pois elas estão relacionadas às condições da vida humana. FRY (2011) diz que Arendt acredita que essas atividades fazem parte do processo orgânico do homem, bem como da sua sobrevivência. É nas atividades do *labor*, do *trabalho* e da *ação* que Arendt melhor explica seu conceito de política e da esfera pública como condição da vida dos homens na terra.

Segundo Arendt (2007) essas três atividades fazem parte da vida humana e da condição para sua existência na terra. Mediante essas atividades o homem sobrevive com seu semelhante na terra criando artificios para sua existência. Na obra *A Condição Humana* (2007), Arendt reserva um capítulo de sua obra para especificar e demonstrar esse processo natural da vida ativa como condição da vida humana, em contraste com as ideologias totalitárias personificadas em seus líderes capazes de destruir ou controlar toda a história e a natureza.

Como diz Fry (2010, p. 65-66):

Ao descrever as atividades do labor, do trabalho e da ação, Arendt propugna pela importância da política ligada à categoria de ação que manifesta a liberdade humana e permite que as pessoas expressem publicamente sua *doxa*, ou opinião. Consequentemente, Arendt declara que, com a Modernidade, algumas dessas categorias foram alteradas e tornaram-se vagas, em detrimento da política. Seu propósito não é restaurar a vida dos antigos gregos – que certamente comportava muitas desigualdades políticas –, mas usar algumas dessas categorias mais primordiais a fim de realçar a importância da política e apontar o caminho rumo a uma política que seja antitotalitária.

Segundo Fry as atividades humanas correspondem ao conceito e à importância da política em Arendt. Na dimensão destas três atividades ela quer demonstrar o mal do sistema totalitário na política e construir uma teoria política que aponte nas atividades da *vita activa* o caminho possível para uma política antitotalitária e que reconheça o espaço público como o lugar da política, manifestada pela liberdade na categoria da ação, onde os homens podem publicamente ser ouvidos e vistos por todos.

Para melhor entendermos o conceito e o processo dessas atividades veremos como elas foram discutidas por Arendt, que não as aponta como remédio para a cura do mal da humanidade, mas como caminho possível para o homem reconstruir a humanidade. Como diz Fry (2010, p. 66), “é um trabalho de teoria que tenta simplesmente pensar em profundidade o que estamos fazendo”. Em outras palavras, é uma resposta possível e aprofundada na busca de nos fazer pensar em nossos comportamentos e ações para com o próprio homem e o mundo. Vejamos como estão divididas essas categorias de atividades.

O labor é a primeira atividade humana. Ela é parte do processo biológico do corpo humano, correspondente às necessidades vitais, ou seja, as necessidades fundamentais à sobrevivência do homem e de sua espécie, demonstrados pelo nascimento, crescimento, metabolismo e a morte dos homens. Portanto, essas características pertencem à atividade humana do labor correspondem à natureza humana. Oliveira (2013, p. 56) completa dizendo que “em outros termos, no *labor* os homens produzem e consomem os bens necessários à manutenção da própria vida”, ou seja, o homem no labor produz e consome como garantia de sua subsistência.

Segundo Fry, (2011, p. 66):

Arendt acredita que o labor humano é uma atividade que está interessada nas necessidades cíclica e repetitivas da vida humana, envolvendo o crescimento, o metabolismo e a decadência. O labor produz o alimento para a sobrevivência, mas seus esforços não se aquietam por muito tempo, pois o alimento precisa ser consumido dentro de determinado período de tempo antes que se deteriore. O labor é cíclico e repetitivo porque quer o produto do labor seja consumido, quer seja relegado à deterioração, ele é reabsorvido, voltando para vida orgânica, e o processo deve começar novamente.

Isto quer dizer que para Fry, a atividade do labor passa por etapas repetitivas e constantes na vida humana que gira em torno do nascimento, crescimento e envelhecimento do homem, ou seja, perpassa por todo processo biológico do homem. Ela também diz que o labor produz para nossa subsistência e que seus produtos devem logo ser consumidos antes de ser estragados ou decompostos, voltando ao seu processo natural.

Para Boaratti (2016, p. 9):

O motivo pelo qual ocorre essa atividade neste contexto se dá pela busca da satisfação das necessidades de sobrevivência ligada ao metabolismo do corpo humano. De modo que esta atividade encontra-se condicionada ao infinito ciclo vital ligado ao processo biológico.

Pois o labor encontra seu sentido no mecanismo desenvolvido pelo homem em busca de suprir suas necessidades temporais e biológicas. Como diz Silva e Xavier (2016): o labor é a categoria da atividade da produção para consumir o que se produz e satisfazer as necessidades da casa (*oikós*). Seu agente é o *homo laborans*, enquanto sua condição humana é a própria vida. No labor o homem encontra as condições básicas para sua existência e sobrevivência, pertencendo a sua realidade natural.

A segunda atividade da *vita activa* do homem é o trabalho. O trabalho é a categoria correspondente à atividade realizada pelo homem como produção de elementos artificiais para a sobrevivência humana. Essa atividade equivale à fabricação das coisas para a vida humana. Ela está ligada à vida prática e ao manuseio das coisas como objeto de fabricação, assim como em relação ao modo como o homem no mundo se relaciona com as coisas. Como diz OLIVEIRA (2013): trata do homem como quem fabrica os bens artificiais e coisas duráveis temporariamente. A condição do trabalho é a mundanidade, pois trata das coisas temporais duráveis e artificiais.

Para Fry, (2011, 2011, p. 67):

O trabalho, ao contrário do labor, produz estruturas mais permanentes, tais como refúgios e móveis que permitem as pessoas começarem a distanciar-se da natureza. Contrastando com as infundas e cíclicas necessidades supridas pelo labor humano, o trabalho criado pela fabricação é algo independente dos seres humanos e cria um espaço de durabilidade e de relativa permanência que difere dos frutos do labor, os quais perecem muito rapidamente (FRY, 2011, p. 67).

O trabalho diferente do labor produz bens duráveis temporariamente e permanentes, tornando os homens distantes de sua realidade natural. O trabalho é a atividade em que o homem produz materiais como forma de permanecer no mundo, diferentemente do labor que apenas produz para sua subsistência e necessidade do corpo. Essa atividade é mais temporal para Arendt, porque nela as coisas acontecem no mundo e elas são provisórias, produzidas pelo homem a partir de suas necessidades temporais.

Para Xavier e Silva (2016):

Essa atividade está ligada a ideia de fazer, da fabricação das coisas e da criação das coisas artificiais. Sua característica está na fabricação de objetos e materiais. Eles são fabricados conforme as necessidades humanas e segue todo um processo mecânico de fabricação. Como diz a própria Arendt, esta atividade está ligada ao artificialismo do mundo. Sua condição humana é a mundanidade, representada pelo *homo faber*. Esta mesma atividade estava representada na Grécia pela atividade dos artesãos.

Essa categoria corresponde à realidade mundana do homem na fabricação das coisas. Ele cria as coisas de acordo com suas necessidades temporais e humanas, obedecendo ao processo mecânico do fazer e do manuseio das coisas produzidas. Ela pertence à artificialidade das coisas e a mundanidade é sua condição humana, representado no *homo faber*. O trabalho pertence à categoria do homem que trabalha solitário, criando e inventando os objetos artificiais diferentemente do labor, que produz apenas para suas necessidades naturais.

Para Arendt, (2007, p. 15):

O trabalho produz um mundo artificial das coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

As palavras de Arendt ecoam um significado muito importante sobre seu conceito de política. Para ela, o trabalho é condição humana para a vida no mundo e ocorre na criação de coisas artificiais e temporárias para a vida privada do homem. Arendt na categoria do trabalho

começa a dar indícios de sua dimensão política sobre a Esfera Pública, no entanto, o trabalho ainda pertence à vida privada. Pois trata da propriedade e de seu acúmulo como patrimônio mundano e necessário à vida no mundo.

Segundo Fry (2011, p. 67):

Arendt crê que a fabricação, ou o trabalho, começa com um ato de violência, pela destruição de algum aspecto da natureza, a fim de usá-lo como matéria para um projeto. Depois que o material foi reunido, a fabricação é feita conforme um plano instrumental mediante a utilização do raciocínio tecnológico. Um modelo, esboço ou ideia orientam a consecução do produto final, e a excelência do objeto é determinada por quão bem o produto imita sua conceituação.

Essas palavras de Fry insistem na ideia de que Arendt defendeu que todo processo de fabricação destrói de alguma forma o aspecto da natureza, pois além de produzir as coisas artificiais, violenta a natureza, usando sua matéria para seu projeto de fabricação. Pois o objeto fabricado chega ao produto final para sua utilização ou venda, imitando sua conceituação. Fabricado, as coisas são vendidas no mercado comercial e utilizadas como bens temporais na vida humana, assim como também vendem uma confiança nas coisas fabricadas.

Outra característica importante do trabalho é que ele pertence à vida privada, por tratar-se de pessoas que trabalham sozinhas em seu espaço fechado e solitário. No entanto, o trabalho é uma atividade mais pública do que o labor. Para FRY (2011) o trabalho exige o mercado de troca da fabricação das coisas para o comércio próprio do agir para o público. Enquanto o labor é voltado para o *oikos* (a casa), o trabalho é para o espaço público. Por isso exige um mercado de venda e troca, que por sua vez se dá no espaço público governado por interesse do espaço privado que determina a forma, a venda e a compra do produto, representado em crenças e valores.

Arendt esclarece sobre essa atividade dizendo que ela corresponde às necessidades do homem assim como o labor. Diferente do labor, o trabalho fere o princípio natural das coisas. Nessa atividade as coisas são produzidas ou fabricadas artesanalmente ou industrialmente, enquanto no labor, as coisas produzidas são orgânicas, correspondente ao processo biológico do corpo humano. Pois o trabalho é artificial como parte da necessidade artificial da existência humana, diferentemente do labor que tem por fim satisfazer as necessidades do corpo.

Como última categoria da atividade da *vita activa*, Arendt apresenta a ação. Para ela, a ação é a categoria que nos permite compreender o sentido da política na concepção da pluralidade e singularidade do homem. A ação é a categoria da política na Esfera Pública que

está comprometida com a liberdade dos homens e que tem, por fim, a participação igualitária de todos nas decisões do processo político na *polis*. Fry vai dizer que essa categoria corresponde à política e à liberdade.

Ela diz o seguinte:

A categoria final e a mais importante da atividade humana, para Arendt, é ação, ou *práxis*. A ação diz respeito à política e compromete os seres humanos em sua capacidade mais livre. Arendt acredita que, fundamentalmente, os seres humanos nascem iguais, mas eles também são indivíduos únicos, o que Arendt liga com o que ela chama de “pluralidade” humana. Os seres humanos diferenciam-se entre si porque são membros da espécie humana, partilham um mundo comum e são iguais. Os humanos diferenciam-se entre si porque são todos indivíduos únicos, distintos, e não há dois seres humanos exatamente semelhantes (FRY, 2011, p. 69).

As palavras de Fry esclarecem o conceito político de Arendt sobre a ação, como a última e principal atividade da *vita activa*. Ela diz que a ação também pode ser chamada de *práxis*, porque tem a ver com o agir do homem. Sua condição humana é a pluralidade. Para ela, Arendt defende a ideia de que a pluralidade corresponde à individualidade e diferença dos homens, pois eles são seres humanos únicos e diferentes uns dos outros, pertencem à mesma espécie e à natureza humana. Sua singularidade encontra-se na ideia de pertencer à natureza humana, partilhando um mundo comum.

Arendt ainda vai dizer que,

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua nom*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política (ARENDT, 2007, p. 15).

Este seu conceito diz respeito à ação como a atividade inerente aos homens que vivem no mundo comum, onde são seres iguais e diferentes ao mesmo tempo. Iguais porque corresponde a mesma natureza e diferentes porque são únicos. Nisto consiste para ela o conceito do que é a pluralidade. Para Arendt é na pluralidade que se encontra a vida política e sem ela não poderia ser e para qual ela é, ou seja, a pluralidade é a condição para a política e sem ela, não poderia ser o que é.

Pois para Arendt (2007, p. 31): “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade humana”. Isto significa para Arendt que o labor, o trabalho e ação são regidos pelo fato de os homens viverem em sociedade, no entanto, a ação é a única que não

pode deixar de existir na sociedade, mesmo que as outras duas não existam ou deixem de existir.

Na ação Arendt vai defender seu conceito de Esfera Pública, manifestado na ideia de que nela o homem pode agir e falar. Como diz Fry (2010, p. 71): “a ação exige o envolvimento de outras pessoas que a compreendem, e ela deve acontecer publicamente, em vez de privadamente, a fim de ter qualquer importância”. Para Arendt, a ação é uma atividade que necessariamente precisa do outro e é desenvolvida no Espaço Público cujo objetivo é conferir uma importância significativa para o homem no exercício da liberdade no mundo. Pois nessa dimensão o mundo é um lugar público por excelência e nele os homens habitam para agir e falar livremente.

Outra questão que Fry (2011) alega é que a ação é irreversível e inesperável. Irreversível porque uma vez ocorrida não se revoga e inesperável porque acontece pelo exercício espontâneo da liberdade e não pode ser controlada. A ação, por sua vez, é uma atividade relacionada ao agir e ao discurso dos homens, que acontece no espaço público. Por essa razão, ela está estritamente ligada à vivência política na experiência da pluralidade. Os atos e o discurso pertencem à ação, que acontecem no Espaço Público e neles os homens se manifestam pela ação política representada na pluralidade.

Fry ainda vai dizer que é por meio da ação que os seres humanos manifestam sua liberdade, representada no conceito da ação contra a ideologia totalitária imposta pelo medo, o horror e a destruição em massa do homem. Arendt acredita que é por meio da ação que os seres humanos manifestam sua liberdade considerada como uma atividade humana extremamente significativa e que combate o Totalitarismo ao priorizar a pluralidade, nos fazendo pensar na Esfera Pública como o lugar dos homens livres.

Assim com a expressão *vita activa*, Arendt defende que na ação política encontramos a liberdade que se dá exclusivamente na Esfera Pública, destruída na modernidade pelo Fenômeno Totalitário e a recuperação da Esfera Pública só ocorre pela implantação do que representa a *polis* na política. Para Arendt, só na ação encontraremos o sentido da política e o combate à ideologia totalitária. Pois a política encontra seu sentido real na ação como categoria da atividade humana e sua ocorrência na *praxis*, o agir e na *lexis*, o discurso. No entanto, tudo isto só é possível na *polis*, o lugar natural da vida do homem, isto é, a esfera pública.

CAPÍTULO III

A ESFERA PÚBLICA: CONCEPÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DE HANNAH ARENDT

3.1. A Esfera Pública como Espaço da Palavra e da Pluralidade

O conceito de política em Hannah Arendt tem como pressuposto o reconhecimento da Esfera Pública como espaço político. Esse espaço corresponde ao lugar da pluralidade, sustentada pela ideia de que somos únicos e diferentes. Ainda nessa concepção, o espaço público é o lugar da liberdade e da igualdade, que tem na tradição da filosofia política da *polis* grega e a *res publica* romana uma referência a ser revisitada e possível para o tempo moderno. Mas não podemos confundir a ideia de Arendt sobre a liberdade e a igualdade no que tange à vida humana. Para ela, a liberdade ocorre pelo agir humano, impulsionado pela vontade e não pelo livre arbítrio, enquanto a igualdade consiste em ser ouvido e visto por todos. Por isso que seus críticos afirmam que Arendt revisita a *polis* para encontrar seus fundamentos e conceitos na construção do seu pensamento político sobre a Esfera Pública.

Com isso, podemos notar em Hannah Arendt a presença axiomática do que representa a Esfera Pública, que tem por fim garantir o lugar do homem no mundo. Toda essa discussão de Arendt é resultado de sua crítica ao Totalitarismo, que é capaz de destruir toda dimensão do que é o Espaço Público como o lugar dos homens. Para ela, é inconcebível compreender a Esfera Pública sem que o exercício da liberdade seja o cerne da questão, ou seja, sua concepção de Esfera Pública eminentemente está ligada ao conceito de liberdade. Pois para ela, Esfera Pública é o único domínio em que os homens podem ser verdadeiramente livres.

Para entendermos melhor a conceito de Esfera Pública recordemos sobre o que corresponde à ação, como uma atividade em que só os homens podem realizar no mundo sem nenhuma medição de coisas e objetos. Ela corresponde à atividade política em que sua condição é a pluralidade, isto é, a atividade que compreende o homem em sua individualidade, como seres únicos e diferentes. Segundo Pecoraro (2009), Arendt transmite essa sua teoria a partir do que ela compreendeu sobre as concepções democráticas e republicanas da *polis* e da *res publica*, procurando entender sobre a essência política e apontando os riscos do Fenômeno Totalitário que aterroriza a humanidade e coloca em risco a pluralidade humana.

Na Esfera Pública através das relações que os homens vivem em sociedade assim como na Esfera Privada, no entanto, apenas na Esfera Pública está eminentemente a sentido

da política. É nessa sociedade da espécie humana, que os homens se organizam politicamente na *polis*, sua cidade-estado. “Nela o homem recebera além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” Arendt, (2007, p. 33), isto é, o homem não só teria sua vida privada, aquilo que lhe é próprio, como também aquilo que lhe é comum, que está justificado no animal político de Aristóteles e no animal social de Sêneca.

Ainda nessa discussão, Arendt apresenta uma noção muito significativa para melhor compreendermos o que é público. Ao pensar sobre Esfera Pública, Arendt nos alerta sobre a importância do que é comum. Essa é a primeira impressão que temos sobre Esfera Pública. Arendt (2007, p. 59) diz o seguinte:

O termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade (ARENDR, 2007, p. 59).

Nesse seu conceito temos duas questões muitíssimo importantes: a aparência e a visibilidade. O que é público primeiro nos aparece, isto é, pode ser visto e ouvido por todos. Essa sua definição esclarece o público como uma categoria possível a todos e que se manifesta para todos. Para ela, ninguém pode ser furtado da possibilidade de ser visto e ouvido por todos, do contrário, trata-se da Esfera Privada. Ela completa dizendo que, o que se pode ver e ouvir, assim como os outros também podem ver e ouvir, isto de fato constitui a realidade. Para Arendt o público nos remete à ideia de que tudo está acessível a todos. Logo tudo e todos podem ser vistos e ouvidos por todos.

Arendt também irá dizer que o público é aquilo que é comum. Ele está posto a todos indistintamente. Todos podem ter acesso e participar do que pertence a todos, o mundo – lugar onde os homens vivem sua liberdade. Em outro termo, significa aquilo que está posto no mundo para o homem, numa relação interposta das coisas. O conceito de público e comum denotam tudo que está posto a todos, uma comunidade de coisas em que os homens sobrevivem numa relação de reconhecimento de seu espaço comum.

Para Silva e Xavier a aparência e a visibilidade constitui um dos aspectos do Espaço Público, indicados na obra, *A Condição Humana* (1958) de Hannah Arendt para o entendimento de sua importância e formação do pensamento política em relação à Esfera Pública na contemporaneidade. Para eles, a aparência e a visibilidade caracterizam-se principalmente pela oportunidade de todos se conhecerem e ter acesso ao Espaço Público, constituindo sua realidade.

Eles ainda completam indicando que:

O espaço comum compreende ao que pode ser visto e ouvido, ver e ouvir são os requisitos para a garantia da realidade (pública). A realidade (política) não prescinde do que aparece. Assim, toda experiência que se mantém privada, íntima teria uma existência *incerta e obscura*; os sentimentos, pensamentos, desejos têm sua realidade eminentemente assegurada apenas na mediada em que são trazidos à baila em um espaço no qual podem aparecer (publicamente) (SILVA e XAVIER, 2015, 223).

A ideia de Silva e Xavier constitui a realidade do público como aquilo que é comum a todos. Mas aquilo que é oculto não corresponde à realidade, isto é, aquilo que pertence ao público. Aquilo que é privado se mantém na existência da incerteza e da obscuridade como os sentimentos, os pensamentos, os desejos, que são guardados até que venham tornar-se público. Logo, o privado prevalece na dimensão da privação, expressa na realidade da separação e do isolamento dos homens. O privado é oculto e solitário no mundo, enquanto o público é comunicável e participativo.

Outra questão importante citada por Silva e Xavier em Arendt é a existência da comunicabilidade no que pertence ao público. Isto está expresso na ideia de Arendt, quando diz que no público podemos ouvir e ser ouvido por todos. “Público é, pois, não apenas o que aparece, mas que, outrossim, pode ser comunicado. A aparência e a comunicabilidade são elementos inerentes à publicidade de algo” (SILVA e XAVIER, 2015, p. 223).

O que esses autores estão postulando é a ideia de que aquilo que comunicamos está ligado à ideia do que é público que, por sua vez, compreende a mais um elemento da Esfera Pública em Hannah Arendt. Assim, o espaço da aparência e da visibilidade corresponde à Esfera Pública, demonstra por aquilo que é comum a todos. Para Arendt, “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2007, p. 60). Para ela, a realidade das coisas se constitui por aquilo que vemos e ouvimos e do que os outros veem e ouvem. Este é o sentido da política, tornar real exercício da liberdade, que para Arendt só será possível pela Esfera Pública.

Conforme Silva e Xavier (2015, p. 224):

Público é o que é comum a todos e, por isso, o elemento mediador das relações entre os homens. É esse mundo construído pelas mãos humanas, artefato humano, não é, diz Hannah Arendt, a terra, tampouco o mundo do labor, mas, ao contrário, trata-se do mundo das relações entre os homens, dos *negócios humanos*. Este mundo é diferente para cada um, segundo o lugar que se ocupa dentro dele e, concomitantemente, é o que nos separa.

Isto consiste na ideia mais uma vez de que o público é comum a todos e por isso é o elemento de ligação das relações entre homens, chamada de negócios humanos, pois trata das questões do homem entre os homens a fim de reunir os homens na companhia uns dos outros. Nesse sentido poderemos compreender o aspecto da mundanidade como produto humano, que nos une e nos separa ao mesmo tempo, onde “o espaço público nos reúne na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (ARENDDT, 2007, p. 62).

Ela continua dizendo que o público:

[...] tem a ver com o artefato humano, com o produto das mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor, pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDDT, 2007, p. 64).

As palavras de Hannah Arendt caracterizam o Espaço Público como o objeto da realização do homem. Esse espaço público constitui o mundo dos homens, sua morada terrestre, por isso é o lugar comum em que podem ser vistos e ouvidos por todos. Em seguida, ela faz uma comparação do homem no mundo como uma mesa que une e separa a fim de estabelecer as relações entre os próprios homens. O que ela quer dizer é que estar no espaço público o lugar das decisões, das reconciliações, da participação dos homens nos eventos, bem como o lugar de todos os homens.

Ainda nessa conotação, Arendt (2007) vai dizer que o público é comum a todos e por isso, está na vida dos homens e de suas relações. O público é artefato humano, compreendendo que o mundo nos pertence, mas nos precede e que com isso, nos faz viver a experiência do que é público. Viver a experiência do público nos torna habitantes do mundo. Nele compartilhamos nossos pensamentos e sentimentos, ou seja, o mundo é o lugar do Espaço Público onde os homens se manifestam em sua pluralidade.

Para Arendt, o mundo público também se caracteriza por mais três elementos: permanência, durabilidade e imortalidade. Esses três elementos correspondem àquilo que pertence ao público quanto à ideia de sua relação com os homens e consigo mesmo. Pois ambos pertencem à concepção de Esfera Pública de Arendt que defendeu que esses elementos nos precedem e sobreviverão com a nossa partida. Esses três elementos se relacionam entre si e caracterizam o mundo como unidade comum a todos e que independentemente do tempo sempre está posta ao homem em sua relação. Por sua vez, isto corresponde à realidade do

homem corpóreo e sua alma e do mundo em sua permanência, durabilidade e evolução. Assim nesse sentido, o Espaço Público é o mundo e o homem nele sobrevive.

O terceiro e último aspecto referente ao Espaço Público diz respeito ao espaço da palavra e da ação, como lugar da pluralidade. Para Arendt, a palavra constitui o discurso e o agir. Seu conceito de discurso recorda-nos a ideia do ouvir e ser ouvido por todos, enquanto o agir está relacionado à vontade política, que se manifesta de forma explícita pela liberdade. Essa liberdade não corresponde ao livre arbítrio, mas ao impulso da vontade política. Essa vontade é realizada na Esfera Pública, o lugar da ação. Por que através dela todos podem ser vistos e ouvidos por várias pessoas.

Arendt ainda diz mais:

[...] Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifesta-se de maneira real e fidedigna (ARENDR, 2007, p. 67).

Arendt entende que pela política todos os homens podem participar livremente do mundo, isto manifesta fielmente a realidade da esfera pública e merece a confiança dos homens. Ela ainda vai dizer que isto se dá pela pluralidade. Essa pluralidade é a condição humana, porque tem a ver com o homem e sua natureza e não com o processo biológico e os artificios materiais do homo *laborans* e do *faber*. Para Arendt:

[...] A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prescrever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os que existiam, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender (ARENDR, 2007, p. 188).

Por fim, Arendt diz que a pluralidade é condição básica da *praxis* e da *lexis* que tem dois sentidos, a igualdade que se relaciona com a liberdade e a diferença. Ela entende a igualdade por sermos humanos e nisto está a nossa diferença, pois somos únicos e distintos. Mas ela completa dizendo que se não fôssemos iguais, não seríamos capazes de compreender que somos e de onde viemos. Outra característica da pluralidade é que somos diferentes. As diferenças nos enriquecem e nos permitem compreender a importância do outro, enquanto aquele que fala e age. Pois é pela diferença humana que presenciamos o discurso e a ação como manifestação da Esfera Pública.

Assim Arendt concebe a Esfera Pública como objeto de todos, porque é o lugar de todos. Nele todos podem participar e exercer a liberdade como possibilidade de opinião e participação nos acontecimentos. O que ela propõe é a ação como correspondência da Esfera Pública e da política. Para ela, “nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantia pela natureza comum, de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto”. (ARENDR, 2007, p. 66).

Isto é, a realidade das condições do mundo comum não garante a natureza comum, pois também há a natureza privada no mundo. No entanto, as condições que estão para a natureza comum devem estar no interesse de todos pelo mesmo objeto: a política. Essa ideia de política é o mundo dos homens entre os homens interessados pelo mesmo fim, viver na *polis*.

3.2 A Esfera Pública como solução para a Política Moderna

A reflexão de Arendt sobre a Esfera Pública tem como princípio fundamental o estudo fenomenológico da política como resposta para repensá-la, ou melhor, encontrar seu sentido. Para Arendt, a melhor maneira de encontrar o sentido da política na modernidade está em primeiro lugar na promoção da campanha política contra o retorno do Totalitarismo e em seguida, promover a implantação da *polis*. É na *polis* que o homem humilhado e decaído pelo Totalitarismo é resguardado e protegido. A sua *eudaimonia* encontra-se na *polis*, a guardiã e protetora do bem-estar do homem durante toda sua vida. Para Arendt essa felicidade não corresponde ao sentido religioso, mas transmite seu significado original na tradição aristotélica, que se dá no Espaço Público pelo agir e pelo falar dos homens na sua cidade-estado. Ainda nessa dimensão fenomenológica da política, Arendt vai dizer que,

Antes que os homens começassem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro do qual se pudesse exercer todas as ações subsequentes; o espaço era a esfera pública da *polis* e a estrutura era sua lei; legislador e arquiteto pertenciam a mesma categoria. Mas essas entidades tangíveis não eram em si, o conteúdo da política (a *polis* não era Atenas, e sim os atenienses), nem inspiravam a mesma lealdade que vemos no patriotismo romano (ARENDR, 2007, p. 207).

Para Silva e Xavier a Esfera Pública além de ser o lugar da política por excelência, possui uma estrutura física na representação da lei. Segundo eles, Arendt defendeu que o legislador e o arquiteto pertencem à mesma categoria, porque projetam a base e toda

edificação da *polis*. Mas essas categorias concretas não dizem respeito ao conteúdo da política em si nem confiança como no patriotismo romano. Arendt quer nos alertar ainda que a essência política não se encontra nas básicas físicas das leis, mas na instauração da liberdade. Pois para Arendt (2007), a liberdade é o motivo pelo qual existe o Espaço Público. Nele os homens participam da vida política livremente, buscando decidir os assuntos da polis por meio do discurso e da ação e não por meio da violência como representou o Totalitarismo.

A preocupação de Hannah Arendt está explícita no contexto em que se encontrava a Europa do pós-guerra. Sua teoria política é uma resposta para o futuro da política com novas possibilidades. Como diz Percoraro a respeito do projeto político de Arendt, ela apontou em suas obras novas possibilidades para o futuro da política, baseadas em experiências do passado para romper com esses mesmos paradigmas que teve por base a violência e o horror. Pois ela utilizou da narração de histórias vividas durante a experiência do Fenômeno Totalitário do século XX para transformar a concepção política deixada no pós-guerra como resposta para o futuro da política contemporânea.

Ao centrar sua atenção no sentido particular de certos eventos políticos paradigmáticos, fossem eles do passado mais remoto ou mais recente, Arendt reconheceu a exigência de narrá-los, de transformá-los em histórias significativas, na medida em que compreendeu que eles iluminavam a crise e as brechas da política no presente, entreabrindo novas possibilidades para o futuro (PERCORARO, 2009, p. 163).

Outra preocupação de Arendt é encontrar um novo sentido para o futuro da política. Por isto ela criticou os eventos totalitários e assim para encontrar o sentido da política, a fim de romper com os paradigmas da política totalitária e mudar a mentalidade dos homens sobre a política e assim abrir discussões novas e possíveis para seu futuro. Percoraro completa dizendo que eventos Nazistas nos faz compreender o que foi a política e o que ela representa e por fim, nos faz descobrir novas possibilidades para o futuro da política.

Ainda nessa perspectiva, Percoraro vai dizer que Arendt inspirou-se na teoria fenomenológica de Husserl, Nietzsche, Heidegger, no próprio Jaspers e Benjamim como referências bastante significativas para seu pensamento político-filosófico, com a finalidade de formular uma concepção política que teve no passado acontecimento vivos e presente na vida dos homens da Europa, apontando para um novo futuro político. Eles completam dizendo que, “Arendt orientou sua reflexão político-filosófica a respeito do presente recorrendo ao *passado fragmentado* e que se tornara *inteiramente novo*, uma vez que as categorias políticas e filosóficas tradicionais haviam perdido a capacidade de iluminá-lo”

(PERCORARO, 2009, p. 164). Desse modo, a filosofia política de Arendt é aponta para repensar a política, combatendo o Totalitarismo ou o retorno.

Arendt vai tecendo seu pensamento baseado em novas chances para a política moderna. Ela forma suas ideias tratando da Esfera Pública na dimensão do que foi durante o regime totalitário e no que pode ser no futuro. Seus principais textos transmitem aos seus leitores e críticos seu ponto de vista sobre a política, criticando a política de seu tempo e encontrando na *polis* a resposta para o sentido da política.

Assim, quando em seus principais textos, a partir dos anos de 1950, Arendt transita livremente na lacuna pensante entre passado e futuro, desconcertando seus com referências que, em poucas páginas, vão do lançamento do satélite Sputnik à constituição da *polis* grega, o tema de suas reflexões e investigações não são fatos positivos de um passado desconhecido ou mesmo fartamente conhecimento (PERCORARO, 2009, p. 163).

Portanto, o pensamento político de Arendt construído desde 1950 transmitiu as graves mazelas da sociedade totalitária. Sua ideia percorre entre o passado e o futuro, de um ponto a outro sobre o que de fato é a *polis* grega e do que ela representa para a modernidade. Essa sua discussão não é mero resgate a antiguidade da filosofia política grega, mas o reconhecimento de sua essência para reformulação do conceito do que representa a política na modernidade sobre a Esfera Pública.

Em relação à Esfera Pública, Silva e Xavier trata a publicidade como uma questão muito importante no que tange a visão política de Arendt em relação à Esfera Pública. Para eles, a publicidade é demonstração da revelação do que é possível ser visto e ouvido por todos. Eles completam dizendo que “na *polis* a palavra é a ferramenta política de maior relevância e a publicidade dos atos” (SILVA e XAVIER, 2015, p. 230).

Na palavra o conceito de Esfera Pública se consolida pela dimensão da publicidade dos atos, formada como requisito da formulação da concepção política de Arendt. Por outro lado, a Esfera Privada aparece como o espaço da solidão e do isolamento. Os cidadãos não são homens livres e nem visíveis. Essa esfera trata dos assuntos da casa (*oikos*), dos negócios, enfim, da propriedade.

Logo a Esfera Privada é a comunidade do lar, da produção das coisas artificiais e dos bens temporais. Enquanto que na Esfera Pública é a vida política na condição da pluralidade dos homens revelada pela liberdade. Para Arendt, é na liberdade que a Esfera Pública encontra a razão da política. Ela continuando dizendo que a tirania não contém o sentido da

política, pois tira do homem a possibilidade de ser livre. Por isso, que para ela só na *polis* somos cidadãos livres e nela está a melhor forma de governo.

A polis era o espaço onde os cidadãos livres apareciam, tornavam-se visíveis, públicos. Transcendiam a privacidade do lar; diferente dos escravos, das mulheres e das crianças; esses, privados da publicidade. Na *polis*, os cidadãos, em igualdade de condição, através do discurso e da ação, mostravam do que eram capazes (suas diferenças) e se revelavam singularmente (SILVA e XAVIER, 2015, p. 231).

As palavras de Silva e Xavier expressam a dimensão do que representa o cidadão na *polis*, participando da vida política como cidadãos livres. Mesmo sabendo que os escravos, as mulheres e as crianças de Atenas não exerciam essa mesma liberdade como os homens, a *polis* representa o lugar ideal para a liberdade dos homens. Pois nela só os homens participam das decisões em igual condição através do discurso e da palavra, demonstrando sua capacidade de realização com as coisas no mundo. Para Arendt, a *polis* era a garantia da política convertida na ação e no discurso para a felicidade dos homens na forma de organização e estrutura política.

Na busca da *eudaimonia*, os homens na *polis* procuravam viver experiências que tornassem ainda mais real a realidade de viver juntos na *polis*. Pois esse entendimento da coparticipação de atos e palavras na *polis*, Arendt caracterizou a Esfera Pública em duas funções. Para Arendt (2007), a primeira diz respeito àquilo que o homem tinha que deixar o lar – o lar pertence à dimensão da esfera privada e participação da experiência é comum. Por isso que “a *polis* deveria multiplicar-lhes as oportunidades de conquistar de fama imortal, ou seja, multiplicar para cada homem as possibilidades de distinguir-se, de revelar em atos e palavras sua identidade singular e distinta” (ARENDRT, 2007, p. 209).

Para Arendt é na *polis* que o homem revela sua identidade na condição humana da pluralidade, onde as oportunidades devem ser multiplicadas pelo agir e pelo falar com ação correspondente à identidade única e diferente dos homens. Enquanto na segunda função da *polis*, seu papel era remediar a futilidade da ação e do discurso. A *polis* nesse sentido é legisladora. Ela controlava as ações dos homens procurando na justiça sua manifestação. Ela acaba exercendo o papel de direcionar o homem em seus atos e falas. Nesse sentido, a Esfera Pública é construída nos limites da lei e nos muros do que representa a *polis* grega. É esta a função que define o homem na *polis* com relação à sua organização e estrutura física, guardada e garantida pelas leis, seu corpo físico. Essa função promove à ação inerente a *polis*

como o agir dos cidadãos que participam da cidade-estado, revelada por Atenas, ou melhor, pelos atenienses.

Como mundo comum, artefato humano, mais que Atenas, a polis era constituída pelos próprios atenienses. Na polis os cidadãos discutiam e deliberavam acerca dos destinos da cidade. Na companhia de seus iguais (na pluralidade), os cidadãos eram livres. As atividades deste espaço eram o discurso e a ação. Com palavras e atos os homens realizavam o seu segundo nascimento; adentravam o mundo comum, espaço da liberdade, isto é, a polis (SILVA e XAVIER, 2015, p. 231).

Para Silva e Xavier (2015), o mundo comum se manifesta pela *polis* constituída pelos próprios atenienses e não pela representação da cidade de Atenas. Em outras palavras, eles querem dizer que foi pela relação dos cidadãos Atenienses que a *polis* foi formando e caracterizada como uma cidade-estado. Eles completam dizendo que é na convivência dos homens iguais, isto é, na pluralidade que os cidadãos eram livres. Portanto, a contribuição de Arendt em relação à Esfera Pública consiste no entendimento da realidade do mundo como garantia da presença dos outros por aquilo que os homens aparecem a todos. Segundo Arendt:

Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos: pois chamamos de Existência àquilo que aparece a todos; e tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho – íntima e exclusivamente nosso mas desprovido de realidade (ARENDR, 2007, p. 201).

Assim sendo, Arendt diz que a existência humana consiste no fato de todos aparecerem e ser ouvidos. Nisto está a realidade do mundo, a presença dos outros, que acontece em ser visto e ouvido. Caso contrário, tudo isto seria ausência da realidade. Pois sua contribuição pertence justamente na análise ao retorno à filosofia política grego-romana, que tem como cerne da questão o valor e reconhecimento da tradição filosófica-política de alguns filósofos gregos e romanos e, por fim, na filosofia fenomenológica de alguns filósofos contemporâneos citados anteriormente. No entanto, Percoraro diz algo bastante pertinente para a compreensão da contribuição de Arendt sobre seu conceito político sobre a Esfera Pública.

Ele diz o seguinte:

Ademais, em seu constante retorno ao passado grego-romano tampouco se tratava de contar uma estória supostamente desconhecida, trazendo à tona acontecimentos cuja verdade factual houvera sido esquecida ou distorcida, a fim de torná-los a medida ou o critério normativo rígido e determinante para a avaliação crítica da Modernidade e para a proposição daquilo que a política deveria voltar a ser. Antes, e por outro lado, o que importava a Hannah Arendt era *pensar o sentido esquecido* das manifestações políticas originais, pois tal sentido permitiria iluminar, com a chama tênue de uma vela, os tempos sombrios da crise contemporânea da política e das brechas diminutas que anunciam a possibilidade de novos começos políticos (PERCORARO, 2009, p. 165).

Desse modo quando Arendt volta ao passado da visão política grego-romana, ela não volta ao mero passado das tradições antigas e arcaicas, nem muito menos a uma visão fora da realidade de seu tempo; pelo contrário, ela resgata o valor da formação da *polis* como lugar da política por excelência, manifestada pela Esfera Pública na condição humana da pluralidade. Sua visão indica para Modernidade a possibilidade de repensar a política como o lugar do homem político, recuperando seu sentido perdido pela política totalitária; escondido nos tempos sombrios e assim Arendt reconhece a importância da Esfera Pública como forma prática para a formação da política moderna e de sua concepção.

Arendt quer, em fim, nos comunicar a possibilidade de novos começos políticos a partir do resgate do que representou a *polis*, e do que representa para nós a Esfera Pública. Portanto, para ela, o novo começo só é possível pela anulação do Fenômeno Totalitário e a implantação da Esfera Pública como lugar da participação de todos. É nesse contexto que nasce a nova política como uma manifestação da *eudaimonia* dos homens na Esfera Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hannah Arendt defende a filosofia política a partir do que ela foi representada na tradição filosófica política e no fenômeno totalitário. Assim, no primeiro capítulo pudemos identificar como ocorreu seu processo de formação política e os teóricos que contribuíram para sua formação acadêmica e sua concepção política. Em seguida ela define o que é política, conceituando-a e caracterizando-a como uma realidade do homem na Polis utilizando as três categorias da atividade humana para melhor explicar seu sentido e importância e por fim, Arendt apresenta sua concepção de Esfera Pública como implicação para vida do homem, como lugar político e de sua felicidade na perspectiva de repensar o espaço público diante das experiências totalitárias do Nazismo e Stalinismo no século XX.

Todos os argumentos desenvolvidos neste trabalho científico tem como princípio a concepção de Esfera Pública de Arendt, onde os homens podem ser vistos e ouvidos por todos. Nessa dimensão a Esfera Pública é apresentada por Arendt a partir de alguns aspectos. Inicialmente sobre o mundo da visibilidade e da aparência, depois ainda trata do mundo comum como artefato mundano e humano, o espaço público como o lugar da comunicabilidade, além de ser o espaço da ação e da palavra e lugar da pluralidade revelada pela liberdade.

A crítica de Hannah Arendt perpassa ao Totalitarismo que sempre foi citado pelas consequências deixadas na Esfera Pública na Modernidade. Ela aponta o Totalitarismo não apenas como um fenômeno que destrói a Esfera Pública, bem como anula a pluralidade do homem, manifestada pela liberdade. Seus pressupostos teóricos buscam na tradição política e pré-filosófica a necessidade de repensarmos a Esfera Pública após a grande guerra mundial, reconhecendo na tradição política da *polis* grega e na *res publica*, o lugar da política e de sua concepção sobre a Esfera Pública.

A sua contribuição acerca da temática deste trabalho nasceu do que foi a experiência totalitária como manifestação da destruição da Esfera Pública e da necessidade de repensá-la nas tradições políticas da antiguidade como lugar ideal da convivência humana e de como é possível viver no mundo Pós Segunda Guerra Mundial, combatendo o Fenômeno Totalitário e implantando uma política que tem por base o reconhecimento da Esfera Pública como o espaço político e público, bem como a educação como reflexão filosófica e política.

A educação em Arendt quer nos despertar ou propõe a refletir sobre o que estamos fazendo e desejamos do mundo. O mundo por sua vez, é nosso Espaço Público do qual

devemos cuidar. Desse modo, a educação é para Arendt uma atividade da reflexão filosófica e uma atividade política possível cujo projeto é a defesa do princípio da liberdade e da ação como atividade humana em relação ao direito de ir e vir. Assim a educação é meio pelo qual o homem se liberta da escravidão da ignorância e da ideologia perversa e escrava.

Por fim, seu pensamento nos comunica a importância e a possibilidade de novos tempos para política na Modernidade. Para ela, isto só é possível a partir do resgate do que representou a *polis* e da possibilidade de ser implantada a partir de suas ideias na modernidade. Portanto, o novo começo só se dá pela anulação do fenômeno totalitário e pela implantação da Esfera Pública como lugar da participação de todos. É nesse contexto que nasce a nova política como uma manifestação da eudaimonia dos homens na Esfera Pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Marcos A. **O público e o privado em Hannah Arendt**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>. Acesso em 27 de Janeiro de 2015.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2007.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Lições sobre a Filosofia política de Kant**. Trad. André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **O Julgamento de Eichmann: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BERTEN, A. **Filosofia Política**. Trad. Márcio Anatole de Souza Romeiro. São Paulo: Paulus, 2004.

BOARATTI, André. **Um estudo sobre o conceito de espaço público em Hannah Arendt**. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/ser/ArquivosUpload/1/file/Artigos/pdf/>. Acesso em 05 de Julho de 2016.

DUARTE, André. Hannah Arendt e o pensamento 'da' comunidade: notas para o conceito de comunidades plurais. Disponível em http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/hannah_arendt_e_o_pensamento_'da'_comunidade:_notas_para_o_conceito_de_comunidades_plurais/andre_duarte_21-40.pdf. Acesso em 05 de Julho de 2016.

FRY, Karin A. **Compreender Hannah Arendt**. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Vozes, 2010.

JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVEIRA, Luciano. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PECORARO, Rossano. **Os filósofos: Clássicos da Filosofia**. VIII de Ortega y Gasset a Vattimo. Petrópolis: Vozes, 2009.

PLATÃO. **A República**. Trad. Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Mauro Sérgio Santos das e XAVIER, Denny Garcia. **Hannah Arendt e o conceito de Espaço Público**. Disponível em http://www.gruporedimunho.com.br/downloads/Arendt_ConceitoEspacoPublico.pdf. Acesso em 05 de Julho de 2016.